

# INDIGNADOS<sup>1</sup>

INFRANCA, Antonino<sup>2</sup>

A atual crise do sistema capitalista está tomando panoramas imprevisíveis desde há algum tempo, porque parece uma crise definitiva do sistema dominante, se não tanto, ao menos uma crise que obrigará o sistema a se reestruturar. O movimento global dos *Indignados* nasceu, imprevisivelmente, como consequência dessa crise e se desenvolveu em situações extremamente diversas e em locais diversos do globo. *Indignados* não são apenas os jovens espanhóis que ocuparam as praças principais das cidades espanholas ou os jovens israelenses que se acamparam no centro de Tel Aviv ou o movimento *Occupy Wall Street* em New York, mas também os jovens egípcios, tunisianos, líbios que derrubaram os seus respectivos regimes ditatoriais. Poderemos, portanto, considerar *Indignados* os jovens sírios que lutam contra um sistema ditatorial brutal e sanguinário; ou também poderemos considerar *Indignados* os russos que protestam contra um regime, apenas aparentemente democrático, na realidade autoritário, que está se desenvolvendo em direção a uma verdadeira e própria ditadura; ou ainda os húngaros democráticos que contestam um governo fascista, racista, nacionalista e etnocêntrico. Ser *Indignado* significa hoje ser contra o capitalismo globalizado por motivos diversos, mas substancialmente porque não se pode mais projetar futuro algum. Ser *Indignado* significa negociar os direitos mínimos à vida que se tornaram totalmente incompatíveis com a reprodução do capital, do sistema dominante político e econômico. Nesse ponto da sua luta política, os *Indignados* expressaram, ao mesmo tempo, uma refuta completa da sociedade do consumo e uma profunda atenção no que toca à questão ambiental; colocaram em discussão dois princípios da reprodução do sistema dominante. Desejariam poder ser integrados no sistema econômico dominante, mas, estando na condição de excluídos do sistema, colocam-no em discussão a partir das questões mais fundamentais, não tendo, contudo, ainda um projeto econômico alternativo ao atual dominante.

O protesto deles parte de uma tomada de posição individual, inspirada num comportamento conveniente (*καθηκοντος*, que seria aquilo que o sujeito individual consegue conceber de si mesmo) ao alcançar o objetivo de seu protesto. É um comportamento inspirado no decoro (*decorum*, que é uma máscara, que significa também “dignidade”), que se une ao comportamento análogo de outros sujeitos que também se encontram no mesmo estado de rebelião, até o momento em que se torna um comportamento coletivo. Todos esses sujeitos, em estado de rebelião, são tese para a pesquisa daquilo que é justo fazer (*officium*) nas condições

<sup>1</sup> Este texto, inédito em língua portuguesa, tem origem no Posfácio do autor, publicado em Dussel (2012). Uma versão ampliada, em espanhol e em italiano, foi publicada pela *Revista Herramienta: debate y crítica marxista*, na sua versão **herramienta web**, Buenos Aires, n.13, jun. 2013, disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/herramienta-web-13/indignados>>. Acesso em: 22 abr. 2014. Outra versão, em italiano, está no sítio da **Sagarana: Rivista Letteraria Trimestrale**, disponível em: <<http://www.sagarana.net/antepriam.php?quale=148>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia pela Academia Húngara de Ciências; Especialista em Filosofia pela Universidade de Pavia e Graduado em Filosofia pela Universidade de Palermo, ambas na Itália. Integra, atualmente, o Doutorado em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Letras, na Universidade de Buenos Aires, na Argentina. E-mail: <[toni.infranca@gmail.com](mailto:toni.infranca@gmail.com)>.

e situações nas quais eles se encontram, aquilo que é um dever social; portanto, também aquilo que é apropriado (*decorum*) ao final da luta, um comportamento subjetivo comunitário. Encontramo-nos diante da elaboração de novos modos de comportamento individual e coletivo, diria individual, que agora vêm exibidos em público para se tornarem modelos de comportamento difundidos, como foi no caso dos protestos dos jovens de 1968.

De fato, um primeiro e imediato dado comum a todos os *Indignados* do mundo é o fato de que a maior parte deles é constituída por jovens. Será que estamos às portas de um novo 68? Difícil de afirmar, mas é um dado, de fato, que o sistema não oferece futuro aos jovens. E ser jovem significa estar na condição de ter o vigor da dignidade. Parece um destino marcado até nas palavras da língua originária do Ocidente, de fato, em sânscrito “força” é a mesma palavra que “jovem”, isto é, *bala*. E, como recorda o Marx das “Glosses a Wagner”, ter dignidade significa ser *dignus*, isto é, ter valor e em sânscrito “validade” é outra vez *bala*. Portanto, ser jovem significa ter valor, porque se tem vigor. Desses jovens se pode esperar um vigoroso protesto de indignação, porque a indignação muda o estilo de vida, cria novas formas de agregação social nas praças que são ocupadas. Em latim ser indignado é *indignatio commutatus*, isto é, ser transformado pela/de indignação. Ainda em sânscrito, *abhyasuya* é “indignação”, mas também “raiva”, e *asuya* é tanto “intolerância” quanto “indignação”. O indignado é aquele que não pode mais tolerar uma situação tornada impraticável no que toca à sua existência. Em tudo isso há *anubhava*, que é “determinação”, “resolução”, “firmeza”, mas também “dignidade”. É uma tradição do Ocidente essa da indignação frente ao que não pode mais ser suportado, pondo-se uma condição nova, o estado de rebelião que transforma os sujeitos que participam, emancipando-os de um presente opressivo. Entramos na época da *manyu*, da “paixão”. O futuro indicará essas paixões desencadeadas? Difícil fazer essa afirmação. O certo é que o presente é fortemente marcado por essa presença passional, pelas praças ocupadas com entusiasmo antissistêmico.

Manuel Castells, o famoso sociólogo catalão que frequentemente escreve em inglês e participou pessoalmente do movimento do 15-M, o movimento dos *Indignados* espanhóis, na sua natal, Barcelona, fala do entusiasmo como emoção mais relevante para a mobilização social, junto ao medo.<sup>3</sup> O entusiasmo coloca em movimento uma outra emoção positiva: a esperança, que é sempre projeção no futuro, porque, como ensina Ernst Bloch, a esperança é mais forte que a morte. Os *Indignados* estão lutando para ter uma vida futura digna. Necessita-se abandonar emoções negativas, como a ansiedade e a raiva, porque poderia paralisar a ação, num caso, ou incitar à violência, noutro. O sistema dominante quer que se desencadeie a violência dos *Indignados* para reprimi-los com a sua própria desmedida violência. Os frequentes casos de violenta repressão por parte do sistema tendem a arrastar a ação política dos *Indignados* para o campo da violência a fim de desencadear sobre eles a violência dos seus próprios aparatos repressivos e a violência da sua mídia. Já, hoje, quando o movimento dos *Indignados* não se manchou de ações de violência, aliás, tem-nas sofrido, alguns meios de comunicação pintam os *Indignados* como

<sup>3</sup> Cf. CASTELLS, 2012, p.xxvii.

párias ou marginais, dedicados, se não à violência, ao menos à droga, ao álcool, à genérica depravação, atirando sobre eles a indignação da opinião pública, que se percebe com a própria observação direta de que se trata do frequente jogo nojento do poder da comunicação de massa. De fato, a aprovação do movimento dos *Indignados* é ampla, também em setores não compostos por jovens, precisamente por causa de sua rejeição flagrante e óbvia da violência.

Outra observação simples é que os *Indignados* são a óbvia demonstração de que o sistema falhou, porque na sua espasmódica procura pelo lucro desconsidera a força de trabalho. O fordismo desenvolveu um sistema no qual a força de trabalho, ou melhor, o trabalhador fosse sempre integrado ao sistema em cada aspecto particular de sua vida, íntima e social, psicológica e racional, individual e coletiva: fundara um *in-dividuum*, um ser único, onde todos os aspectos poderiam ser controlados pelo sistema dominante. Hoje uma minoria da sociedade concentra em suas mãos uma riqueza, de modo que a maioria não pode desenvolver um projeto de vida possível. Aquele *in-dividuum* foi dividido pelo mesmo sistema econômico que o produzira. A sua força de trabalho, o trabalho vivo, foi separado da sua própria reprodução: há quem consuma sem produzir e quem produza sem consumir. Os jovens europeus estão na condição de consumir uma riqueza produzida pelos seus pais, mas não têm perspectivas de produzirem a própria riqueza, e essa riqueza é destinada a exaurir-se no mais imediato futuro. Os trabalhadores da periferia do sistema, ou seja, nos países em via de desenvolvimento, produzem riqueza, mas têm consumos contidos e limitados. O funcionamento do sistema, sem limites oferecidos por uma alternativa ao mesmo, como o temido sistema do socialismo real, coloca em crise a reprodução do seu sistema dominante. A distribuição da riqueza restituiria à sociedade civil humana, ou seja, a toda a humanidade, a possibilidade de planejar a própria vida.

Ao lado dessas temáticas, válidas genericamente para todos os movimentos dos *Indignados* em todo o globo, unem-se os temas específicos das revoluções árabes em curso, que são um movimento político subversivo dentro da conjuntura política daquela parte do mundo. Sustentados, se não impostos pelo sistema capitalista dominante. De fato, porém, desenvolve-se uma crítica islâmica ao capitalismo, que é também uma crítica pela libertação da essência humana da exploração capitalista. De fato, o movimento árabe dos *Indignados* exprime ideias típicas dos movimentos políticos radicais do ocidente, como a igualdade feminina, o direito ao trabalho e à liberdade de expressão. São direitos que se tornam laicos em uma sociedade fortemente inspirada pelos princípios religiosos islâmicos, aos quais se acrescentam pedidos de natureza mais estritamente política: a restauração da democracia, isto é,

o fim do regime militar e policial; a instauração de uma nova política econômica e social favorável às classes populares, o que significa a ruptura com as exigências do liberalismo globalizado e uma política internacional independente (AMIN, 2011).

Essa ruptura com o sistema do liberalismo globalizado defendida pelos *Indignados* árabes está em continuidade com o protesto dos *Indignados* do resto do planeta, demonstrando que a primavera árabe integra esse movimento antissistema,

que naqueles países é também subversão da ordem política existente. Esse contraste se torna evidente no Egito, onde a Fraternidade Muçulmana declarou o seu apoio à propriedade privada, porque esta “é sagrada para o Islã e que a reforma agrária está inspirada pelo demônio comunista” (AMIN, 2011). Isso explica a radicalidade da retomada da luta de libertação dos *Indignados* egípcios ou tunisianos contra a Fraternidade Muçulmana, que está propondo novamente os mesmos acordos de produção que eram os fundamentos dos regimes ditatoriais de Ben Ali na Tunísia e Mubarak no Egito.

Enrique Dussel, o filósofo da libertação, escreveu uma *Carta a los Indignados*, em que apresentou uma proposta política ao movimento dos *Indignados*. A sua proposta vem da experiência de luta social da América Latina, uma realidade social na qual o protesto está ainda concentrado sobre objetivos concretos. Na América Latina, os movimentos de indignação são muito mais antigos, porque foram movimentos indígenas que reivindicavam o reconhecimento da sua dignidade humana, desde o momento inicial da conquista do continente, quando se começou a construir o sistema dominante sobre todo o planeta - o sistema capitalista. Os *Indignados* de hoje têm um predecessor nas lutas indígenas que levaram à Presidência da República Boliviana Evo Morales, ou nos movimentos de luta social que levaram Hugo Chávez à Presidência da República Bolivariana da Venezuela. Em relação à experiência de Chávez, Dussel refere-se quando fala de “*leadership* carismática” e está consciente de que se trata de um ponto crítico da sua *Lettera agli Indignados*. É um ponto crítico porque a cultura política do século XX vivenciou tragicamente os momentos políticos nos quais um líder dominava a cena política. Refiro-me principalmente à primeira metade do século XX, quando *Führer* ou *Duce* ou *Caudillo* eram termos do léxico cotidiano da política. A figura de um Ceaucescu, o *Conducator* comunista romeno, teria parecido ridícula, se não fosse na realidade uma tragédia para o seu povo. Também Berlusconi assumiu feições de líder, mas por sorte permaneceu relegado ao campo do ridículo.

Não há dúvida de que o líder, carismático ou não, é um momento da relação entre cidadãos e poder, mas pode ser também um momento de usurpação da *potentia* política, dito de outro modo, o poder natural dos cidadãos da parte da *potestas*, o poder institucional, de um homem só, o Chefe. O líder carismático frequentemente aponta uma meta, um fim a se alcançar, a fim de que o progresso da nação seja aumentado. Muito frequentemente, ao contrário, o Chefe aponta inimigos da causa nacional, ou em versão reduzida da sua causa pessoal transformada em causa nacional, conseguindo assim mobilizar as massas com processos midiáticos históricos ou eufóricos, mas sempre visando ao impedimento de uma análise racional da situação política, social e econômica.

O líder ao qual se refere Dussel é uma figura análoga àquela que se refere Gramsci com o seu “cesarismo progressivo”, isto é, um líder que é capaz de tornar-se o protagonista de uma mudança revolucionária radical, a partir do alto, da sociedade civil. É algo mais que o indivíduo “cósmico-histórico” hegeliano, porque é portador de valores e projetos politicamente possíveis, porque correspondem a expectativas e exigências da sociedade civil ou de amplos extratos da mesma. Não é uma figura ou um papel político adequado aos tempos atuais, que são ditados pelo sistema

dominante, porque agora se preferem os técnicos, os especialistas em economia e finanças, que podem ser também figuras midiáticas, que agradam pela aparente apresentabilidade deles, unida a uma superficial reflexão política. Dussel se atenta bastante para programas políticos. Chávez e Morales de fato estão impondo do alto uma mudança radical às suas respectivas sociedades. Chávez, em particular, tornou-se protagonista de mudanças radicais do ponto de vista constitucional, portanto da estrutura fundamental do Estado de direito, que seria oportuno relacionar também às constituições dos países mais avançados, como o poder delegado aos representantes políticos, que implica uma representatividade restrita ao controle cívico. O poder cívico é outra novidade conexas ao poder delegado, enquanto os cidadãos podem revogar o mandato de representatividade, recolhendo um certo número de assinaturas e confirmando em eleições, especialmente convocadas, a vontade de revogar o poder precedentemente concedido. Castells, que como expoente da intelectualidade europeia e norte-americana – além de ensinar na *Universitat Oberta de Catalunya*, ensina também na *University of Southern California* –, não tem grande simpatia pela obra constitucional renovadora de Chávez e, portanto, tem de todo ignorado o que aconteceu na Islândia, ou seja, a queda do governo e depois a redação de uma constituição a partir de uma comissão popular, experiências políticas já antecipadas na América Latina.<sup>4</sup>

Além disso, o poder de liderança para Dussel é sempre proveniente de um ato de obediência à vontade popular, o líder pode comandar se atende às reivindicações e às exigências populares. Essa concepção do poder obediente provém da experiência do Exército Zapatista de Libertação Nacional, ou seja, do movimento zapatista em Chiapas. O líder, portanto, não exercita arbitrariamente e autoritariamente o poder, mas sempre sob o controle do mandato popular e sob a condição de obedecer às exigências da sociedade. Dussel especifica as funções e os limites do poder da liderança:

O líder democrático se justifica nesses casos como complemento ao processo democratizador do povo. Esse líder aparece simultaneamente com a emergência do povo como ator coletivo. Aquele que exerce essa liderança deve ter plena consciência dos limites de um poder simbólico que é sempre delegado e investido pelo povo, que é a única sede soberana do mesmo (DUSSEL, 2011a, p.66).

Naturalmente que, no caso de Chávez, isso acontece em formas que possam aparentar folclóricas, principalmente quando representadas por meios de comunicação de massa que são, no fundo, ligados a empresas que têm diferenças com Chávez e, portanto, têm interesse em ridicularizar sua figura.

Atualmente o movimento dos *Indignados* não tem nenhum líder, também porque nasce do desespero difuso, vivido comunitariamente, cuja análise é imediata, tampouco parece que um homem possa ter nas próprias mãos a solução para uma situação tão desesperadora. Castells sustenta que o movimento dos *Indignados* é um movimento composto por indivíduos que agem em grupo, mas não juntos, porque

---

<sup>4</sup> Castells (2012, p.11-23) narra alguns protestos com painéis e tampas feitos pelos Islandeses sem, no entanto, reportar-se à precedente e extraordinária experiência argentina dos *cazzerolazos*, ou que os Islandeses exercitaram o poder cívico nos confrontos com seu governo, assim como prevê a Constituição Venezuelana.

os movimentos sociais, seguramente hoje e provavelmente no curso da história são compostos por indivíduos singulares. [...] As raízes (desses movimentos) podem ser encontradas na fundamental injustiça presente em cada sociedade, em contínua contraposição com a aspiração humana à justiça (CASTELLS, 2012, p.25).

Os *Indignados* são o produto da sociedade plasmada pelo sistema capitalista dominante, justamente indivíduos singulares, sem alguma ligação com outros como eles próprios. “Não houve nenhuma decisão formal, mas na prática todos estavam de acordo, desde o início do movimento. Não havia chefes locais nem nacionais. Nem porta-vozes autorizados” (CASTELLS, 2012, p.25). Falta uma unidade como base, excluída aquela dada pela indignação, que é no fundo uma sublevação, não ainda uma revolta programada pela situação na qual se vive. Os *Indignados* desejariam, justamente, serem inseridos pelo sistema dominante e, ao contrário, permanecem fora, não podem trabalhar, nem têm meios para estudar. Nessas condições, mesmo que houvesse uma liderança, não seria também reconhecida como tal, mas improvisada como a liderança adaptada para uma particular manifestação de protesto. Dussel sugere que, se devesse encontrar uma liderança, esta deveria ser submetida ao poder delegado, ao poder cívico, ao poder obediencial.

Das experiências atuais no que diz respeito às transformações políticas que põem a América Latina na vanguarda da luta pela emancipação popular, quanto é válido para a luta dos *Indignados*? Completamente plausível, se também algumas condições limitam a aplicabilidade daquelas experiências políticas ao movimento dos *Indignados*. A primeira limitação é dada pela falta de consciência comum ao movimento dos *Indignados*, além da indignação ética que os leva a protestar. Também um superficial conhecimento dos objetivos de luta das populações latino-americanas nos torna conscientes de que essa luta foi conduzida para alcançar o objetivo de dar a possibilidade a todos os latino-americanos de desenvolverem um projeto de vida, o que começa a ser negado agora no centro do sistema dominante aos cidadãos dos Estados mais avançados e progredidos. A precedente experiência de luta dos latino-americanos é válida universalmente, porque foi uma luta pela vida, por uma vida digna de ser vivida, como tinham os cidadãos dos países avançados; vida que, agora, uma minoria de seres humanos começa a tornar impossível à maioria dos seres humanos, não apenas aos cidadãos dos países menos avançados, mas a todos os seres humanos. O fundamento da reflexão de Dussel parte da defesa do direito a uma vida digna de ser vivida. Já em *Ética de la liberación en la edad de la Globalización y de la exclusión* (Madrid, Trotta), a sua monumental obra de 1998, Dussel se demorara na definição de que coisa significa uma vida digna de ser vivida. A vida é o fundamento e o princípio de cada direito, quando não há vida não existem mais direitos, portanto, cada direito deve respeitar o princípio fundamental que é a vida, uma vida digna de ser vivida. A reflexão política de Dussel segue a linha vermelha de continuidade com aquela reflexão sobre ética em outra obra sistemática que está em processo de redação, *La Política de la Liberación* (Trotta, Madrid, 2007, 2009), da qual foram publicados dois grossos volumes e está em processo de redação o terceiro e definitivo, os dois primeiros volumes retomados mais sinteticamente em *20 Tesi di política*, e também na *Carta a los Indignados*.

A reflexão política de Dussel nasce também da experiência dos povos latino-

americanos, ou melhor, dos *pueblos*, das pequenas comunidades que se tornam grandes comunidades nacionais e estatais para afrontarem adequadamente os enormes problemas do seu cotidiano, unindo-se em movimentos de luta comum dentro de um Estado como aquele dos trabalhadores *Sem-Terra* no Brasil ou no Paraguai, ou do movimento do EZLN no Chiapas mexicano. O mesmo problema se apresenta aos *Indignados*: eles têm em comum os problemas com os quais convivem, porque hoje os *Indignados* vivem um problema comum: a vida futura. Os *Indignados* são uma comunidade que está fazendo história, se libertando (como na Primavera Árabe), ou que almeja a libertação (como nas praças europeias ou nos Estados Unidos). No entanto, o consenso em torno deles está crescendo, porque cresce o número daqueles que têm problemas, cresce o número de pobres; não obstante, se torna cada vez mais exíguo o número de ricos que têm a sua riqueza aumentada, dia após dia. Está se aflorando uma situação bem específica que Dussel descreve precisamente: “Em um novo Estado [...] a *participação* deve começar na base de todas as instituições (estatais) a partir das comunidades” (DUSSEL, 2011b, p.103). O Estado surge da interação entre comunidades, assim como historicamente surgiu da interação entre classes sociais. Pode surgir como instituição repressiva ou moderadora entre classes sociais ou comunidades; pode estar a serviço das diversas comunidades, mas não pode estar a serviço das várias classes sociais, porque se é um Estado classista, então será um Estado repressivo para as classes sociais que não representa. Hoje, o Estado democrático deve estar a serviço das várias comunidades. Os *Indignados*, portanto, estão lutando, onde quer que seja, pelo desenvolvimento de uma forma de Estado que esteja a serviço da humanidade e de sua luta, ainda que de formas diversas, é representativa de toda a humanidade. É uma forma de luta que está mostrando o sentimento de pertencimento de todos os homens ao gênero humano, justamente porque se verifica uma reapropriação da própria vida cotidiana no sentido político, social e econômico, e, assim sendo, humano.

A comunidade dos *Indignados*, surgida da vanguarda em luta pelo resto do gênero humano, é sujeito de uma *potentia*, o poder político em si mesmo, isto é, “a *potentia* ou o poder político *em si*, cuja sede exclusiva e última é *sempre* a comunidade política” (DUSSEL, 2011a, p.33), recusa a potestas das instituições hoje existentes e se candidata a tornar *potestas* “momento das instituições criadas para poder levar a cabo a vida política” (DUSSEL, 2011a, p.38), isto é, quer exercitar o poder político que a governa e a administra. Esse é um momento extraordinário da história, um daqueles momentos em que cada indivíduo quer autogovernar-se, em que as massas, os povos, as pessoas, para usar as palavras mais empregadas da recente filosofia política – eu direi simplesmente os seres humanos –, querem tornar a ser donos do próprio poder, do próprio futuro. Estamos vivendo em um estado de rebelião. Dussel entende o estado de rebelião como a superação do estado de exceção do qual falam Schmitt e Agamben:

O que Schmitt não imaginou, e Giorgio Agamben o sugere sem estender-se como seria conveniente, é que, por sua parte, o próprio “estado de exceção” pode ser posto de lado, mas nesse caso pelo próprio povo, como única sede e última instância do poder político (DUSSEL, 2011b, p.91).

Como conclusão, são sempre os povos que impõem um estado de rebelião contraposto a um estado de exceção. Os *indignados* podem, portanto, superar o estado de exceção para impor um estado de rebelião, partindo da posição superior de uma vida sem futuro, sem dignidade. O estado de rebelião se instaura quando as instituições do Estado param de funcionar: a representação não representa mais os cidadãos que querem retomar o poder soberano nas próprias mãos. No fundo, não se trata de uma rebelião contra, mas a favor do Estado, entendido como comunidade política dos cidadãos. A legitimidade é restituída aos mesmos soberanos do Estado, ou seja, aos cidadãos.

Se existe algo que é colocado em crise pelo movimento dos *Indignados* é a instituição da representação política democrática, porque a crise existencial que os *Indignados* vivem coloca em discussão a legitimidade do sistema, que deveria garantir a todos os cidadãos o direito a uma vida digna de ser vivida. Os representantes dos cidadãos não são mais reconhecidos como tais pelos cidadãos. Se em qualquer lugar vigorassem as leis da Venezuela, os representantes dos cidadãos de quase todos os países do Primeiro Mundo teriam perdido o seu poder representativo. Sobre esse ponto, tanto Dussel quanto Castells coincidem. Castells (2012, p.101) sustenta que o *slogan* de fundação do movimento é “cada um representa a si mesmo e ninguém representa ao outro”. A autorrepresentatividade é também, para Castells, o fundamento de um poder exercido em primeira pessoa e de modo particular, mas isso leva à autodeterminação e ao colapso do valor da representatividade política, da luta política inspirada em princípios que vem de fora, “do alto”, como diria Gramsci. Por essa razão, pode-se explicar a selvagem repressão do movimento dos *Indignados* na Praça Catalunha em Barcelona. Porque o protesto deles não se encaixa nos cânones do protesto étnico da *Catalanidade* contra o Estado central espanhol. O governo provincial catalão e a polícia catalã não reconheceram qualquer valor civil no protesto e, com a selvagem repressão, mostraram o verdadeiro rosto da reivindicação da independência da Catalunha: um novo movimento nacionalista, não menos inquietante do que os tantos movimentos nacionalistas de triste memória.

Como cada estado de rebelião, esse atual, no sentido de que está em processo e não é apenas contemporâneo, porque todos estão envolvidos, não pode ser eterno. A *potentia* deverá, em um certo momento ainda imprevisível, tornar-se *potestas*. A revolução permanente não é possível, é necessária a representação, mas para não recair numa política corrupta, que se afasta dos verdadeiros problemas sociais, é necessário impor um poder delegado obediente. Os representantes dos cidadãos devem obedecer às exigências destes últimos, tão somente obedecendo é que poderão colocar em prática soluções para responderem às demandas levantadas pela população. Trata-se de uma representatividade restrita, sempre sob o controle da participação contínua e constante dos cidadãos. Trata-se de uma restituição de poder ou uma apropriação de poder por parte dos cidadãos nos confrontos de classe política. Trata-se, para Dussel, de uma reapropriação daquilo que era já algo próprio dos cidadãos, porque o poder político pertence aos cidadãos ou, caso queira proferi-la à maneira do jusnaturalismo, ao povo.

Castells é muito claro sobre a questão da relação entre poder e cidadãos:



São as relações de poder que dão forma à sociedade (*potentia* no léxico de Dussel), já que quem está no poder constrói as instituições (*potestas* no léxico de Dussel) sociais baseando-se nos próprios interesses e valores. O poder é exercido por meio dos instrumentos de coerção [...] e/ou por meio da construção de significados no imaginário coletivo, através dos mecanismos de manipulação simbólica (CASTELLS, 2012, p.18).

Agora, em meio a essa situação de crise das instituições, deve-se responder com um processo de reconstrução de instituições que estejam a serviço dos cidadãos, além de serem governadas pelos cidadãos e não pelos políticos de profissão ou pelos técnicos. Até agora o Movimento dos *Indignados* colocou em processo novas formas de democracia participativa, estendidas a todos os cidadãos que manifestam a vontade de participar; esse movimento está levando a uma obra de educação relacionada a essa nova forma de democracia participativa e não violenta, é uma democracia lenta na tomada de decisões, seja pela sua dinâmica participativa, seja pela sua recusa de uma lógica produtivista,<sup>5</sup> mas é também uma prática política que permite a reflexão, que é o fundamento de cada forma de consenso convicto porque oferece a condição de um consenso radicado e de uma consequente ação política de radical oposição. Em contraste com essa auspiciosa obra de educação e de reconstrução política, há a dramaticidade da situação econômica.

Naturalmente uma situação de reconstrução impõe a transparência das instituições, dos representantes, das leis e, sobretudo, a existência do Estado de direito (a *potestas*), que é a primeira, não suficiente, mas necessária garantia do trabalho de correta construção de um novo sistema político. Esse é um dos pontos mais delicados da história do movimento revolucionário dos trabalhadores. Tradicionalmente os trabalhadores queriam abater o Estado de direito, porque o confundiam com o Estado burguês permitindo a edificação dos Estados comunistas fundados sobre o arbítrio e sobre a negação dos direitos humanos, porque não existiam sistemas de controle das ações dos partidos comunistas. Poucos intelectuais do movimento revolucionário ou mesmo do marxismo tomaram posição a favor da manutenção e do fortalecimento do Estado de direito. O último, Lukács, sustenta que o socialismo deveria manter o Estado civil burguês, não porque é burguês, mas porque é civil. Dussel retoma essa questão e toma posição por uma transformação radical do sistema vigente, mas sempre mantendo e, aliás, reforçando o Estado de direito, porque é o melhor instrumento para a realização dos direitos de todos, começando pelos excluídos. Que se reflita, por exemplo, com os débeis que, politicamente falando, são excluídos dos direitos humanos; refiro-me ao caso dos portadores de necessidades especiais, incapazes fisicamente de demonstrarem publicamente a sua indignação e sempre esquecidos nos programas políticos dos partidos, e que se encontram excluídos cada vez mais, porque não são autossustentáveis economicamente e praticamente são sustentados pelos serviços do Estado. A justificação é que a crise está secando os cofres do Estado, mas não se pode mensurar a oferta dos serviços essenciais, como aqueles relacionados aos portadores de necessidades especiais, sobre a base da disponibilidade econômica do Estado. Esses serviços deveriam preceder a qualquer outra função do Estado, certamente antes das despesas relacionadas às atividades políticas, pois o Estado

<sup>5</sup> CASTELLS, 2012, p.116-117.

está a serviço dos cidadãos para a completa realização da sua personalidade. Esse é o caso concreto no qual uma minoria se encontra usurpada do direito a uma vida digna porque não tem uma representação relevante, do ponto de vista político, que defenda os seus direitos no interior do Estado de direito.

Dussel se prolonga na discussão sobre o contraste entre participação e representação:

*A participação do cidadão é um direito inalienável instituinte (antes que constituinte), e tem a dignidade do mesmo ator político como momento constitutivo substantivo da comunidade política. É por isso que a representação, como pode se observar, vem sempre depois, e será um momento factivelmente necessário, determinado pela razão instrumental, que se situa apenas na potestas (DUSSEL, 2011a, p.38).*

Na política burguesa, a representação (a *potestas*) esmagou a participação (a *potentia*), não excluindo a oposição de abolir a democracia para governar, como aconteceu na época do fascismo e como está acontecendo hoje na Hungria. A democracia, no entanto, permaneceu sempre limitada, porque limitada foi a participação política dos cidadãos. A eles se pede a participação na política apenas nos momentos das eleições para confirmar ou negar com o voto livre e secreto a ação dos governos. Na realidade, porém, são excluídos das decisões dos cidadãos nos momentos mais fundamentais da sua vida, não há efetiva participação nas decisões políticas, pelo contrário, há a exclusão das mesmas, inclusive as mais fundamentais. Tomemos o exemplo da introdução do Euro: poucos cidadãos europeus foram consultados, através de um *referendum*, se queriam mudar a moeda, que é um dos meios mais importantes em uma sociedade civil avançada para facilitar a troca orgânica com a natureza, dito em termos do léxico de Marx ou em termos de Dussel marxista, é um meio para a reprodução da própria vida. Agora que essa moeda se encontra em crise, os europeus são chamados a defendê-la ou refundá-la, mas no fundo a devem defender da ação falida dos representantes e dos técnicos que se deram a tarefa de governar o Euro. Estamos obviamente diante de um caso de ausência de democracia econômica, porque o sistema político é hoje orgânico ao desfrute e à sobrevivência do modelo capitalista, não à sobrevivência dos cidadãos e da sociedade civil. Uma outra política com a atual classe política, hoje no poder, não é possível, porque essa classe política impõe formas de democracia limitadas, portanto, formas políticas, essencialmente não democráticas.

A democracia burguesa é uma democracia limitada porque não permite aos cidadãos exercitarem o direito de escolha em relação a fundamentos supremos da vida cotidiana. A classe política, uma vez eleita, é capaz de colocar em movimento mecanismos de autorreprodução e de proteção dos próprios interesses, que vivem apenas um momento de crise e que é esse das eleições. Os fundamentos da democracia burguesa, sempre muito latentes, foram completamente alterados e vigora um genérico estado de autorreferencialidade da classe dirigente, que se apresenta quase em todos os lugares transformada em classe dominante. Do outro lado, a tendência presente no capitalismo atual é a exigência, cada vez maior, de liberdade de escolha e de ação no campo econômico. O empreendedor quer livrar-se dos trabalhadores que não estão ideologicamente sintonizados com ele, quer utilizar os trabalhadores de acordo com sua conveniência e sem ônus social, quer

liberdade completa para o próprio movimento na segunda natureza, ou seja, na sociedade. É um óbvio retorno a formas de política e economia precedentes à crise do fordismo, em 1929. Marx advertira que o livre movimento no material é impossível, assim nascem os movimentos de resistência e os cidadãos ficam indignados. A primeira resposta é sempre a mais fácil porque é aquela brutal, assim a civilíssima Catalunha, governada por um dos mais etnocêntricos governos que se possa imaginar, desencadeou uma brutal repressão contra os *Indignados* de Barcelona, seguida de perto por governos criminosos da Tunísia, do Egito, da Líbia, da Síria e do Iêmen. Também o governo estadunidense, insuperável no uso da violência, não permaneceu assistindo e agiu violentamente, posteriormente permitindo o protesto sob as condições de não impedir o livre movimento do capital, assim os *Indignados* estadunidenses têm o seu espaço de protesto, mas longe de Wall Street, onde o capital se reproduz livremente.

O cidadão comum, talvez, não perceba a hipertrofia das forças dominantes sobre o planeta. A enormidade das dimensões do sistema dominante, de um lado, e a pequenez do indivíduo singular, do outro, são complementares ao exercício arbitrário do poder. Sempre foi assim; que se pense, a título de exemplo, no primeiro sistema eficiente de domínio totalitário, ou seja, a Igreja Cristã Medieval e na distância que caracterizava o vértice da Igreja, em Roma, e o indiferente valor, a dignidade, o fiel cristão, o servo da gleba, a mulher ou a criança, a velha, que podiam viver também na periferia de Roma ou nos confins da cristandade e eram sempre considerados um nada em relação ao vértice do poder. Aquele vértice se arrogava o poder sobre a vida futura, sobre a vida depois da morte, porque também não tinha os meios ou conseguia pensar nos meios para garantir *a vida nessa vida*, ou seja, garantir a vida antes da morte. Assim, podem ser conduzidas campanhas de extermínio em massa contra as mulheres, histéricas ou não, velhas ou jovens, consideradas “bruxas”, ou realizar o primeiro Holocausto geral da história na América contra uma população pacífica que vivia segundo o seu próprio sistema econômico, em absoluta ignorância em relação à existência da Europa, do Cristianismo e do Papa – os *índios* pré-colombianos. O exercício totalmente arbitrário da *potestas* contra esses excluídos e contra os índios da América Latina correspondeu ao fracasso moral do Cristianismo e ao início da Modernidade. Hoje estamos revivendo um momento similar de passagem de época: de um lado, há uma elite que vive dos próprios privilégios, por outro lado, a maioria da humanidade que sobrevive na própria exclusão. O percentual de divisão da humanidade existente hoje apresenta o seguinte quadro: 99% é representado pelo proletariado ou, como diria Ricardo Antunes, gente-que-vive-de-trabalho, e 1% de ricos que governa e domina esse proletariado. Estamos diante de um grotesco e perigoso caso de evolução da humanidade, perigoso para o Planeta Terra, para a vida, para a humanidade. O problema é, de fato, o capitalismo e a consequente realidade por ele criado, que hoje empurra os seres humanos para a ausência de um futuro vital. Assim como a distância para o centro do poder, para o Império, é sobremaneira grande, a maioria dos excluídos crê que a exclusão seja uma condição natural, uma lei da natureza. Uma pequena minoria dessa maioria de excluídos se indignou, sentiu surgir de dentro de si um sentimento de pertencimento a algo e de subtração: sente-se subtraída a uma vida possível.

Os *Indignados* conservaram o respeito por si mesmos, respeito que a maioria

dos seres humanos está perdendo. Os problemas que os *Indignados* encontram nesta segunda fase de seu movimento são evitar o isolamento da sociedade civil, o permanecer ligados a uma posição política que Hegel definiria como “mera negatividade”, do saber dizer não, no protestar, mas não saber avançar nas propostas. Se os *Indignados* devessem limitar-se a se fecharem numa praça, a tocarem as guitarras, a estarem juntos sem encontrar um projeto alternativo ao sistema dominante, então seria confirmada a suspeita que acompanha a esquerda desde o seu nascimento na modernidade: é mais fácil conduzir uma luta política sem um líder (*anarchia*) que propor e realizar uma mudança radical na sociedade. Uma dezena de anos tem que a esquerda argentina foi abalada por uma publicação de um livro: *Mudar o mundo sem tomar o poder*, do escocês John Holloway. Era o livro adequado ao momento político do *Cacerolazo*, do protesto de praça dos pequenos burgueses argentinos que queriam de volta os seus depósitos bancários. É verdade que esses depósitos, para a grande maioria dos burgueses argentinos, representavam a vida futura, uma velhice tranquila depois de uma existência de trabalho, um futuro para os filhos ou para os netos, ao lado deste forte, mas política e economicamente estéril protesto, havia as fábricas ocupadas pelos operários, porque foram abandonadas pelos patrões que fugiam com o capital que lhes fora concedido pelo Estado para fazerem funcionar aquelas mesmas fábricas. As fábricas funcionavam então melhor que sob a condição capitalista e, em alguns casos, aumentavam a produção; os operários construía um futuro possível. Holloway era o líder intelectual dos pequenos burgueses argentinos, mas não dos operários que sabiam conduzir uma fábrica e que, contudo, não sabiam como propor uma mudança radical do sistema dominante. Holloway era um anárquico, os operários eram trabalhadores. Dussel abre uma polêmica com Holloway sustentando que necessita tomar o poder para modificá-lo, que era um dos pontos de diferença entre o anarquismo e o marxismo, desde os tempos da Primeira Internacional, e não como queria Holloway ignorá-lo, como se não houvesse essa diferenciação. Trata-se de tática e não de estratégia, pode dar certo para um dia de folga do trabalho, para gozar o sol ou encontrar um amigo, não para mudar o mundo.

O problema é ocupar os lugares do poder, seja do poder político por meio das eleições e da participação, sejam os lugares do poder econômico como as fábricas e os bancos. É necessária uma nova distribuição dos meios de produção da riqueza, senão os jovens que não têm trabalho nem podem estudar, os jovens sem futuro, serão forçados a uma drástica redução da sua potencialidade de vida. Castells (2012, p.43) sustenta que a “Internet é a seiva vital da economia global interconexa”, mas é importante saber qual é o momento originário da produção de riqueza, porque a internet acelera a circulação do capital e, portanto, também a sua quantidade existente, mas não gera novo capital. Hoje circula uma quantidade enorme de capital, mas a sua existência é fictícia porque é constituída de capital financeiro, enquanto o problema dos excluídos do sistema, os *Indignados*, é a posse dos meios materiais da reprodução da vida. O capitalismo atual tornou a colocar em questão a própria vida, como se ele tivesse retornado às próprias condições originárias.

Por essa razão, Dussel sugere uma releitura do pensamento político de Marx, releitura que é um dos pontos fortes da reflexão de Dussel nos últimos 20 anos, isto é, desde a queda do comunismo. O fim do comunismo representou para Dussel a queda

das barreiras que separavam o marxismo do cristianismo e, portanto, representou a reconstrução de um pensamento alternativo ao sistema dominante e a redefinição de valores comuns, como a defesa da vida em ato, ou seja, da vida existente. Dussel buscou em Marx a tomada de posição ética a favor da vítima do sistema e, por essa razão, se posiciona ao lado dos *Indignados*. O pensamento político de Marx se fundava sobre dois momentos, a autoconsciência do próprio ser e, ao mesmo tempo, a abertura a todos esses que, encontrando-se em situações análogas, podem colaborar com o movimento de protesto e com o estado de rebelião ou de exceção. Pode-se afirmar que os *Indignados* vivem um estado de rebelião como resposta a um estado de exceção, encontram-se na situação de impor o retorno a um uso do Estado como comunidade participativa, contrariamente a tudo o que foi o Estado até agora, isto é, uma comunidade representativa. A questão que se coloca hoje é se a participação pode ser compatível com a representação. De fato, a democracia participativa é o sistema de legitimação com o qual o povo controla as instituições representativas. Para Dussel (2011b, p.99),

a democracia representativa é necessária e conveniente porque responde a um princípio de realismo político. Não é possível governar numa assembleia permanente de milhões de cidadãos, mas daí à aceitação e à não institucionalização da democracia participativa, tem muita distância.

E, hoje, a democracia representativa está em profunda crise porque, continua o autor, “a representação está se corrompendo em todos os países nesse momento; se os governos vegetam na impunidade, é porque o povo não tem instituições participativas de fiscalização” (DUSSEL, 2011b, p.99).

Os *Indignados* são a vanguarda de um movimento de radical protesto e do estabelecimento de um estado de rebelião que leva o sistema dominante a repensar seus valores fundantes e, auspiciosamente, pensar sua queda. Naturalmente não se pode apontar diretamente para a queda do sistema dominante, mas se pode – aliás se deve – lutar antes de tudo pela própria dignidade, pela própria vida, pelo próprio presente e pelo próprio futuro. Deve-se tomar partido por si mesmo, porque não há outra alternativa, não existe um outro mundo, senão aquele que poderá nascer da própria luta. É tão escandaloso que Dussel volta à experiência revolucionária leninista e maoísta da guerra partidária entendida como a guerra das pessoas que *tomam parte*, que compartilham, que são parte da sociedade civil e a partir das posições da sociedade civil defendem as próprias razões e, acima de tudo, reivindicam o direito à própria vida.

Se considerarmos a práxis política colocada em ato pelos *Indignados*, notamos imediatamente um fato extraordinário: o retorno ao lugar originário da política, a praça. As praças ocupadas, as assembleias constantes, as discussões sobre todos os detalhes da questão analisada, no pleno respeito da tese oposta e sem presença de organizações políticas, como os partidos políticos, responsáveis pela prevalência de uma tese sobre a outra, são os traços típicos da autêntica política, não apenas democrática, mas da política. A política nasceu do confronto dialético entre os seres humanos que, ainda que diferentes, consideravam pertinente discutir as próprias teses em público. Ocupar espaços torna *res extensa*, para dizer em termos de

Descartes, não é apenas um retorno à tradição política passada, mas é também a denúncia de que aos *Indignados* restou apenas o próprio corpo (*res extensa*) e não conseguem lidar com isso, de modo a satisfazerem as necessidades animais dos homens, como comer, cobrir-se, habitar. No que se refere à habitação, o espaço público urbano consiste numa forma de protesto ancestral e originária, além de original. Castells (2012, p.23) acrescenta:

Os espaços ocupados [...] criam comunidades e estas se fundam sobre o princípio do estar juntos, que por sua vez é um mecanismo psicológico primário para superar o medo. E superar o medo é a soleira fundamental que os indivíduos devem ultrapassar para poderem se envolver em um movimento social.

Mas, além do espaço urbano, Castells faz um convite para ocuparmos o espaço em rede, porque este cria autonomia. Cria-se uma nova forma de espaço político.

Os *Indignados* fizeram tudo isso, mostrando que as instituições políticas não são capazes de resolver as exigências da sociedade civil. O Estado democrático parlamentar, como o conhecemos, demonstra claramente sua incapacidade de resolver os problemas de amplas camadas da sociedade civil. Por esse motivo, os *Indignados* representam hoje a ponta mais avançada do desenvolvimento político da sociedade civil. Eles também podem se tornar algo mais, caso as suas assembleias pudessem se transferir das praças para as fábricas, se a classe operária copiasse o seu exemplo e começasse a discutir não apenas a gestão da fábrica, mas a organização do trabalho e as estratégias de desenvolvimento econômico. Consideremos a impressionante tentativa, em curso, de esvaziamento e deslocamento das maiores empresas produtivas, e como a classe operária poderia afrontar esse fato através de suas assembleias, discutindo (des)localização ou racionalização do processo produtivo. Naturalmente que, em apoio a essas formas de assembleia de autogestão econômica, as instituições políticas deveriam intervir a fim de garantir o controle operário das fábricas, abandonadas pelo capital, depois de terem recebido fundos do Estado para estimular a produção industrial. Aconteceu isso na Argentina em 2001 e 2002, quando o governo peronista apoiou a apropriação operária das fábricas que os patrões abandonavam ao próprio destino. O apoio governamental não durou muito porque os partidos operários não tinham a força para ocuparem democraticamente as instituições por causa da sua reduzida força eleitoral. Primeiro a nova construção de sentido e, em seguida, a *potestas*, instituições, mas sob o controle dos soberanos do Estado, os cidadãos.

As instituições políticas são hoje ocupadas por uma elite que as utiliza como instrumentos de exploração das comunidades nacionais. Os governos são propostos pela mídia que também os engole, os seus programas são digeridos como *slogans* publicitários, e não é por acaso que Chávez se apresenta em um programa televisivo como se fosse uma estrela da comunicação, porque hoje a mídia, em vez de "ser expressão da opinião pública", é "transformada em formadora ou conformadora da opinião pública" (DUSSEL, 2011b, p.128). Reduzida a sua experiência política, os líderes desses governos desaparecem, assim como os *slogans* da publicidade, e os seus programas políticos também são esquecidos, programas que tinham um prazo de validade assim como alimentos perecíveis. Mas os líderes sentem a necessidade,

porque se sente a necessidade da política; assim, se os líderes estão destinados a desaparecerem, permanecem as classes dirigentes, sempre mais distantes dos cidadãos, corrompidas pelo exercício de seu próprio poder. Não se pode, porém, deixar o poder de escolha dos líderes governamentais à mídia.

A classe dominante se limita a distinguir *potentia* de *potestas* e coloca a segunda contra a primeira. Para tornar ainda mais eficiente essa contraposição, em um momento de profunda crise como a atual, são chamados a ocupar as instituições, a *potestas*, os técnicos, personagens aos quais se dirige a estupidez humana como possuidores de uma essencial capacidade política, porque não devem mobilizar as massas, tampouco fazer surgir nestas sentimentos eufóricos ou de participação política. O caráter anônimo ou anódino das instituições pode agora atingir, de forma ainda mais eficaz, a vida cotidiana, justamente a corporeidade dos cidadãos, sempre mais excluídos do exercício da *potentia*, até o ponto no qual eles não se reconhecem mais como sujeitos de *potentia*, mas apenas como objetos do exercício violento da *potestas*. O poder se destaca cada vez mais da vida real, a vida cotidiana dos seres humanos transforma-se numa rede interconexa em que se troca informações e controlam-se todos os âmbitos da atividade humana. Castells sustenta que quem detém o poder é uma nova espécie de técnicos: “Os programadores capazes de programarem as redes mais importantes das quais dependem a vida das pessoas [...]. E os gestores que planejam as conexões entre as diversas redes” (CASTELLS, 2012, p.xii). Aos cidadãos resta apenas a indignação, um sentimento de perda de valor. A classe dominante não consegue mais governar a vida cotidiana, seja porque essa classe dominante é corrupta, isto é, se distanciou da comunidade, ou usa o próprio poder, a *potestas*, contra a comunidade, ou porque é serva da outra classe dominante, aquela econômica, a verdadeira classe dominante globalizada que, por sua vez, é dominada pelos grupos ligados ao capital financeiro, à mera aparência do capital, dizendo em termos do léxico hegeliano.

Esse é um ponto crucial da questão do estado de indignação ou de rebelião que estamos vivendo, porque aqui está posta uma questão ética e política ao mesmo tempo, mas que se refere claramente, segundo Dussel, às relações entre ética e política. Sustenta Dussel (2011b, p.148):

Temos que entender que primeiro a “ética” de nenhuma maneira se corrompe “metendo-se” na política, porque, se corrompesse ao “meter-se” em cada campo prático [...], não serviria para nada. Sua função, exatamente, é ser subsumida em cada campo prático para instaurar dentro deles um regime *normativo* que os faça possível e não contraditórios. Também a economia sem ética se faz impossível. Sobre a *impossibilidade do capitalismo*, por estar fundado na injustiça [...] relacionada à extração de mais-valia, Marx desenvolveu sua *crítica* ao capitalismo [...]. Os efeitos do não cumprimento dos princípios normativos [...] são a destruição dos indivíduos e da sociedade que terminam por corromper.

Para Dussel, portanto, o não respeito aos princípios de um sistema prático, como o capitalismo, fundados sobre os princípios da revolução política burguesa, isto é, “Igualdade, Liberdade e Fraternidade”, termina por corromper o próprio sistema, a sociedade que o exprime e os indivíduos que a compõem. Deve-se, então, ou realizar completamente os valores que foram negados, ou fundar um novo

sistema de valores e, portanto, um novo sistema econômico e social. Castells indica uma forma de luta que supere a “mera negatividade” e se transforme em uma ação prática incisiva:

O contrapoder, a tentativa deliberada de transformar as relações de poder, encontra forma na reprogramação das redes em torno de interesses e valores alternativos e/ou na interrupção das mudanças dominantes na passagem entre redes de resistência e mudança social (CASTELLS, 2012, p.xxii).

Castells não disse quais são esses valores alternativos, mas como alternativos com certeza não são os existentes, e parece alinhar-se com posições mais radicais, ainda que também não deixe claro quais são os fundamentos éticos dessas posições.

Os grupos financeiros se fundam na abstração do capital, isto é, o capital em capital constante torna simples representação numérica da própria existência, uma cifra sobre uma conta que enquanto cifra pode viajar com a velocidade da luz pelo globo para transformar-se em ações, retornar o capital, tornar-se fundo de investimento e assim vai. Essa é a nova forma de existência do capital que assemelha-se sempre mais a um vampiro que se esvoaça na noite da crise à procura de uma vítima para sugar o sangue, como imaginou Marx. Esse capital, ou esse vampiro, tem necessidade de um capital constante mediante o qual retome a sua existência concreta, sem a qual arrisca-se a desaparecer no nada do qual veio. Assim tem necessidade de transformar-se em empréstimos para casas nos Estados Unidos ou na Espanha, mas deve tornar a ser cédulas para depois ser investido em fábricas, ou melhor dizendo, em trabalho vivo. Se não consegue reencontrar velozmente a sua existência sob forma de trabalho vivo, arrisca-se a diminuir de quantidade, justamente desaparecer como vemos nos dias atuais. Pela manhã, os meios de comunicação nos dizem quanto diminuiu a consistência acionária dos nossos bancos, dos nossos vampiros, que retornam ao mercado para encontrar novos capitais, sem se esquecerem de pagar milhões de euros ao ano, e em alguns casos por mês, aos seus dirigentes, novos vampiros que sugam o sangue dos bancos que dirigem.

Essa imagem truculenta é a representação do capital que está alcançando uma das suas mais completas formas de funcionamento, justamente o capital financeiro. Marx já antecipara essa fase do capital. Será uma fase final? Existem muitos sinais que poderiam indicar essa fase como final, não porque há um inimigo que possa abater o capital, como pensava fazer o comunismo, mas porque o capitalismo se funda sobre um metabolismo destruidor, é um monstro que devora a si mesmo porque é moldado por um espírito animal de contínuo e constante exploração do trabalho vivo. Mas é ainda verdadeiro dizer que estamos diante de um fenômeno novo: o trabalho vivo se oferece ao capital, mas este não tem força suficiente para apoderar-se da massa. Se ele está, ainda, apoderando-se e de forma muito lenta, essa forma de apoderar-se é sintomática de sua crise. Bilhões de seres humanos morrem de fome às margens do mundo capitalista, outros bilhões de seres humanos vivem em seu interior de forma extremamente penosa, ambos se veem negados no momento da reprodução da vida, aquilo que o fordismo garantia sob forma de consumismo. Para consumir são necessários meios de aquisição, mas a ultraproductividade do sistema leva à assunção dos trabalhadores temporários no



lugar de trabalhadores fixos, ao aumento dos monopólios e à sua defesa, como no caso do sistema bancário, que não concede créditos aos produtores de base.<sup>6</sup> O projeto de vida capitalista não pode ser estendido a todos e isso estava claro há tempos, mas nem mesmo os excluídos podem ficar de braços cruzados vendo ser negada uma vida digna de ser vivida. Assim uma pequena patrulha desses excluídos, os jovens, encham as praças e até este momento se limitaram a dizer: estamos *indignados*. E, depois, que coisa farão?

## REFERÊNCIAS

AMIN, Samir. La primavera árabe del 2011. Herramienta: debate y crítica marxista [on-line], Buenos Aires, n.47, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-47/la-primavera-arabe-de-2011>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

CASTELLS, Manuel. **Reti di indignazione e speranza**: Movimenti sociali nell'era di Internet. Tradução de: B. Parrella e G. Barile. Milão: Università Bocconi, 2012.

DUSSEL, Enrique. **Ética de la liberación en la edad de la Globalización y de la exclusión**. Madrid: Trotta, 1998.

\_\_\_\_\_. Democracia participativa, disolución del estado y liderazgo político. In: \_\_\_\_\_. **Carta a los indignados**. México: La Jornada, 2011a.

\_\_\_\_\_. Meditaciones desde conyunturas políticas. In: \_\_\_\_\_. **Carta a los indignados**. México: La Jornada, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Indignados**: a cura di Antonino Infranca. Milão/Udine: Mimesis Edizioni, 2012. (Eterotopie, n.128).

VARELA, Nicolas González. Stato Nascente: Reflexiones sobre el Movimiento 15-M. **Herramienta**: debate y crítica marxista, Buenos Aires, n.47, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-47/stato-nascente-reflexiones-sobre-el-movimiento-15m>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

Data da submissão: 05/11/2013

Data da aprovação: 06/03/2014

---

<sup>6</sup> Cf. VARELA, 2011, p.166.

